

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA N° 56

Aos vinte e dois dias do mês de Julho de mil novecentos e noventa e seis, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia de Aveiro, na segunda reunião da sessão ordinária do mês de Junho, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais António de Sousa Dinis Correia e João Gabriel Ferreira Santos, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, Artur Lopes Lobo, José Alberto Martins de Carvalho, Gonçalo Nuno Caetano Alves, José Maria Dias da Silva, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Vitor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21,00 Horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Élio Manuel Delgado da Maia, João Pedro

*[Handwritten signature]*

Simões Dias, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Diogo Manuel Soares Machado, Vitor Manuel da Silva Martins, Artur da Rosa Pires, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Raul Ventura Martins, Álvaro Patrício do Bem e Libério da Silva Santos.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, Artur da Rosa Pires, Armando Manuel Dinis Vieira e Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, os quais foram aceites e justificadas as respectivas faltas.

Imediatamente a seguir foi proposto um período de antes da ordem do dia de acordo com o nº 3 do artº 33º do Regimento da Assembleia Municipal. Posto o assunto à consideração do plenário e não tendo sido levantada qualquer objecção entrou-se de imediato no referido período:

### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal Custódio Ramos:

*"Sr. Presidente, Srs. Deputados, a questão da fuga de tetra cloreto de vinilo, de um pipe-line no canal da Barra, junto ao Porto Comercial, merece de facto que esta Assembleia dedique uns escassos minutos nesta reunião. Felizmente que nada aconteceu de grave em termos de perdas humanas, mas, só talvez por Graça de Deus, é que efectivamente tal não aconteceu e, eu não quero efectivamente dizer que a própria Câmara ou os membros da Câmara, das Juntas de Freguesia, que iam a passar na lancha por ocasião desse rebentamento, felizmente que estamos aqui todos para fazermos este comentário ou esta crítica porque correu-se o risco de não haver ninguém para contar esta história, correu-se o risco de ninguém poder abordar este tema hoje aqui. Ora, isto demonstrou primeiro, que segundo a Comunicação Social, nós cá em Aveiro vivemos debaixo, como costuma dizer-se, de um barril de pólvora, ou pior que isso, por cima de um barril de pólvora, e não é só a Cires, são outras empresas do ramo, portanto produtos químicos ou de outros produtos que efectivamente se instalaram cá na zona; eu recordo por exemplo a fábrica do "formol", não sei como é que estará hoje, na Gafanha, mas em tempos, sei que corremos também grande risco. Ora, fala-se muito aqui em planos de emergência, fala-se aqui na Protecção Civil e, é*

*Ben*  
*Salavessa*  
*CP*

preocupante que nós ao ouvirmos os Bombeiros e entidades responsáveis da Direcção do Ambiente e outras, afinal facilmente se conclui que estamos todos desprotegidos; eu pergunto mesmo se os Bombeiros não sabem quais são os produtos que estão armazenados? eles disseram que efectivamente desconhecendo esses produtos, também não sabem qual é a forma de combater qualquer incêndio, qualquer reventamento ou qualquer fuga para colmatar esse perigo; se eles não sabem, também os Hospitais, também as Casas de Saúde, também os Estabelecimentos de Assistência, não saberão em caso de necessidade qual o antídoto a aplicar na desintoxicação dos doentes que efectivamente sejam vítimas deste tipo de situação. Isto entronca-se por outro lado na questão da JAPA, que já foi aqui abordada e que terá licenciado a instalação deste pipe-line, e agora aproveito para dizer aqui que a Comunicação Social terá dito que hoje o assunto seria abordado aqui nesta Assembleia, a questão da JAPA, mas não foi isso que ficou combinado, o que ficou combinado é que numa próxima reunião, numa próxima sessão é que isso aconteceria, não era hoje que não havia tempo para nada, mas estava eu a dizer que, também a JAPA ao licenciar, certamente que não curou da melhor forma de preservar a protecção das pessoas e dos bens; daí que, acho que esta Assembleia deveria na minha opinião, de recomendar à Câmara que tenha uma posição muito firme nesta matéria, que em sede de conversações imediatas com as entidades competentes, nomeadamente o Governo Civil, a Direcção do Ambiente e outras, tendentes a que nós Aveirenses e não só os Aveirenses no concelho, mas num sentido mais lato os residentes na zona de Aveiro e Gafanhas que fiquemos efectivamente protegidos, e mais, e que a Cires seja obrigada efectivamente a ter as melhores condições nesta matéria. Importa que a Câmara esteja atenta e que desenvolva todas as diligências tendentes a que fiquemos definitivamente protegidos e bem protegidos."

Vogal António Salavessa:

"Sr. Presidente, queria aproveitar a ocasião para manifestar nesta Assembleia a minha solidariedade, digamos assim, em relação à pessoa do Sr. Presidente, que na minha opinião foi mal tratado, pelo menos num órgão da Comunicação Social, em relação à Sessão anterior da Assembleia, pelo facto desta Assembleia ter discutido apenas o "período de antes da ordem" do dia durante essa sessão. E, manifesto essa solidariedade Sr. Presidente, na convicção de que o período de antes da ordem do dia não é nenhum corpo estranho aos trabalhos desta Assembleia. O "período de antes da ordem do dia" é um ponto com toda a dignidade que merece ter o tempo que a Assembleia entender dedicar

*Beira*  
*Salavessa*  
*CP*

*e que é a única oportunidade que os membros da Assembleia têm de trazer aquilo que sentem ser os principais problemas do concelho ou pelo menos aquilo que no momento entendem como suficientemente importante para aqui o trazerem. Pode-se discordar de algumas das opções dos membros, pode-se pensar que afinal o assunto não é tão importante como isso, mas é de facto o "período de antes da ordem" do dia a única oportunidade que os membros da Assembleia têm de trazer coisas da sua lavra, tudo o resto é para discutir pontos que são propostos pela Mesa ou pela Câmara. É um período perfeitamente definido na lei, definido na prática, e que entendo Sr. Presidente que não é nada de extraordinário, quando a lei prevê três a seis reuniões para se fazer uma sessão da Assembleia, não é nada de extraordinário, uma reunião que comece às seis da tarde com intervalo para jantar, com intervenção do público, etc, que se prolongue apenas discutindo o período de antes da ordem do dia, é perfeitamente natural.*

*Pedia-lhe Sr. Presidente que, para vincar esta questão, que a ordem de trabalhos doravante passasse a ser construída de outro modo para que não haja dúvidas para ninguém, é: ordem de trabalhos - 1 - Período de Antes da Ordem do Dia; 2 - Ordem do Dia, porque não é favor nenhum, é um direito e penso que tem sido útil para o Concelho a existência deste período.*

*Quanto à questão da fuga de cloreto de vinilo, queria apenas sublinhar a descordenação que me parece evidente por parte da JAPA, em relação àquilo que existe na área do Porto de Aveiro; penso que é perfeitamente inadmissível que uma "draga" que anda a fazer trabalhos não tenha a noção e a situação exacta de uma estrutura de um pipe-line, é a imagem que justifica a discussão que vai existir nesta Assembleia em relação à situação da JAPA. Não contesto a existência do pipe-line, penso que o pipe line é melhor que os camiões que existiam aí a circular, agora não posso estar disposto a que aconteça uma situação destas."*

*Vogal Virgínia da Silva Veiga:*

*"Em termos extremamente breves e nos assuntos que aqui foram trazidos: em primeiro lugar, relativamente à questão da fuga de cloreto de vinilo, para obviamente reafirmar a preocupação relativamente à Protecção Civil, que foi feita aqui pelo meu camarada de bancada Custódio Ramos, mas, para discordar tanto dele quanto do Sr. Salavessa num aspecto, é que ambos deram de barato que a culpa foi da JAPA e da dragagem, que é o que apareceu nos Telejornais, como todos concerteza viram. Não me parece que seja digno de nenhum de nós o julgamento feito dessa maneira... isso está em investigação, a*

*responsabilidade directa e imediata para qualquer um de nós só pode ser da Cires e competirá a esta empresa o ónus da prova de que não foi dela a responsabilidade por aquilo que aconteceu e por imputar evidentemente a culpa a um qualquer agente, não tem que ser necessariamente a JAPA, muito embora pareça estar agora aqui sobre sindicância - não sabemos quem foi...! esta é a realidade das coisas, não sabemos quem abriu aquele buraco, sabemos que foi aberto, sabemos que houve aquela fuga e naquilo que nos compete enquanto deputados municipais, de facto concordo, é preocupante do ponto de vista da Protecção Civil, o facto de não haver uma maior coordenação nesse aspecto, embora como sabem o produto não possa causar danos ambientais na água porque não se dilui nela, efectivamente é altamente perigoso e é um alerta para todos nós que no meu caso pessoal devo dizer, há muito tempo que sei que existe ali aquilo com aquela perigosidade e com aquele risco a qualquer momento. De todo o modo e em síntese não se pode, nem nenhum deputado municipal pode imputar culpas à JAPA sobre esta matéria e desta maneira.*

*Relativamente à outra questão provocada pelo Sr. deputado Salavessa e em termos extremamente resumidos, gostaria de pedir a esta Assembleia que se não sentisse como reconhecimento que já me senti, coagida por eventuais notícias; nós estamos aqui, o último julgador de todos nós é exactamente o mesmo que é de qualquer jornalista, independentemente do jornalista se poder escrever no caso concreto com um "j" pequeno ou com um "J" grande, como julgo que é o que merece a pessoa indirectamente referida nesta Assembleia e, facto é, é que todos nós erramos ou nos precipitamos às vezes nas atitudes que tomamos, facto é, que Deus nos livre do dia em que nós tenhamos qualquer influência sobre a quinta bancada desta Assembleia; nem nós podemos influir nem os políticos devem influir nos jornalistas nem os jornalistas devem influenciar os políticos e o período de "antes da ordem do dia", qualquer análise desde o dia em que aqui estou até ao dia de hoje, poderá revelar a quantidade de coisas importantíssimas que de outro modo não teriam sido trazidas a esta Assembleia, mau grado enfim, nem sempre respeitarem o nervosismo de quem nas diversas bancadas, incluindo o público, por exemplo gostaria mais que imediatamente se passasse a tratar de outros assuntos; estes assuntos são da maior importância, de mês a mês temos essa oportunidade de trazer aqui coisas que de outro modo nunca seriam faladas."*

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Olinto Ravara.

Vogal Vitor Mangerão:

*João*  
*Luís*  
*Costa*

"Sr. Presidente, só para precisar alguns aspectos e ainda bem que foram introduzidos pela Sra. Dra. Virgínia; do que aqui se disse e daquilo que eu vou dizer sobre o acontecimento, não se pode inferir mínimamente que a JAPA esteja sobre sindicância, mas também não se pode antecipar que a JAPA não tenha responsabilidades no acontecido; o que é sensato é esperar que haja um relatório circunstanciado e responsável em termos técnicos, mas não só em termos técnicos, também em termos institucionais, ou seja, caracterizando os vários escalões de responsabilidade sobre o assunto e que esse relatório seja efectivamente conhecido pela opinião pública através dos jornalistas, mas, em caso particular pela própria Câmara Municipal de Aveiro, e isso porquê? porque este quase acidente mais uma vez demonstrou que todos estamos perto uns dos outros, sobretudo pela via atmosférica e pela via das águas; aquilo verdadeiramente não se passou no concelho de Aveiro, passou-se no concelho de Ílhavo, mas isto tudo nos afecta porque a casa é de todos nós e nós habitamos todos a mesma casa; mas há um problema, é que o que eu não ouvi falar nos jornais que consultei hoje, é que realmente a "famosa" Protecção Civil da Câmara Municipal de Aveiro não foi interveniente no processo, dirão assim: "graças a Deus, foi porque não foi preciso" não sei se é graças a Deus, ou pura e simplesmente porque não estava cá, ou porque não tem capacidade de alerta imediato num caso destes... que Aveiro podia ser afectado se a coisa desse para o torto, era concerteza.

De qualquer forma, isto sem ser sindicância nem pouco mais ou menos, e sem qualquer segunda intenção, não há dúvida nenhuma que acende três dias depois a questão de se estudar profundamente o que é a JAPA, o que é que ela pode, o que é que ela manda, o que é que ela autoriza, o que é que ela coordena efectivamente em toda esta vastíssima área que vai desde o mar até à Fábrica Jerónimo Campos. Veio mesmo a propósito infeliz ou felizmente, o assunto é candente.

Quanto a questões sobre jornalismo, eu, daquela porta para dentro, depois que começa a sessão, eu recuso-me a fazer qualquer comentário sobre o papel da imprensa, porque a imprensa está aqui de direito próprio, com aquilo que possa ser virtudes e defeitos, como nós estamos aqui por direito próprio com tudo o que possa ser defeitos e virtudes, estamos todos bem uns para os outros, e não é aqui dentro em plena sessão que eu abrirei a minha boca para comentar seja o que fôr em relação a qualquer jornalismo ou à função da imprensa, já aprendi com aquilo que aconteceu a outros não quero que me aconteça a mim."

Presidente da Mesa:

*"A última intervenção que vou dar oportunidade de fazer é ao Sr. Custódio Ramos, porque já terminou o período de "antes da ordem de trabalhos". Acho que o Dr. Nascimento tinha pedido a palavra, eu peço-lhe desculpa, mas na realidade não posso dar a palavra depois de já ter terminado o período, desculpe."*

Imediatamente a seguir o Vogal Jorge Nascimento abandonou a sala.  
Vogal Custódio Ramos:

*"Era só para responder à minha camarada e amiga Virgínia Veiga, que eu não culpei a JAPA pelo acidente, o problema que se põe é que a JAPA é que licenciou e quem licencia tem que gerir a ria, o mar, tem que gerir toda a área e toda a responsabilidade que está sob a sua jurisdição; se o acidente ocorresse aqui na Praça do Município e nós culpássemos a Câmara de um acidente qualquer, não é que a Câmara foi o agente que provocou o acidente, mas se a Câmara é quem administra o município, obviamente que a Câmara teria enfim, uma responsabilidade pelo menos política nesse facto. Portanto não estou a dizer que é a JAPA directamente, mas de forma indirecta na medida em que tem a responsabilidade de gerir essa matéria."*

Terminado o período de antes da ordem do dia, passou-se de imediato à ordem de trabalhos:

Entretanto entrou na sala o Vogal Lourenço Santos.

### ORDEM DE TRABALHOS

#### PONTO N.º 1 - COMUNICAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

NOTA: - A Comunicação escrita do Sr. Presidente da Câmara, foi já distribuída por todos os membros desta Assembleia, pelo que a mesma, faz apenas parte integrante do original desta acta.

*De  
Alf. Ramos  
ps*

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara, fez a apresentação da Comunicação supra, tendo destacado alguns aspectos da actividade municipal considerados mais importantes no decurso do trimestre, nomeadamente, entre outros que vêm mencionados na Comunicação, a recepção na Câmara da 1ª fase do projecto do Metropolitano Ligeiro de Superfície, sendo esta 1ª fase do projecto uma versão preliminar, estando a Câmara a fazer a sua apreciação, informando ainda que as conclusões desta primeira fase são favoráveis, pois viabilizam o projecto quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista financeiro. O Sr. Presidente informou ainda que disponibilizou um exemplar do projecto para consulta dos Srs. Deputados Municipais, encontrando-se o mesmo no Gabinete de Apoio à Assembleia.

Relativamente ao acidente que se verificou com o pipe-line, disse associar-se às preocupações aqui apresentadas por vários membros deste órgão, salientando que a Câmara Municipal também viveu com preocupação tudo aquilo que aconteceu e que hoje mesmo a Câmara tomou a deliberação de reestudar o projecto de instalação daquele pipe-line.

De seguida colocou-se à disposição dos Srs. Deputados Municipais para eventuais esclarecimentos.

Aberto o período de esclarecimentos, usou da palavra o Vogal Custódio Ramos, para no âmbito da matéria relacionada com a Protecção Civil, chamar atenção da Câmara, a quem compete licenciar o comércio, para o perigo que representam alguns estabelecimentos comerciais que armazenam matérias altamente inflamáveis. Sugeriu que a Câmara deve fazer um levantamento deste tipo de estabelecimentos e ao mesmo tempo avaliar da segurança que os mesmos têm. Acrescentou que há botijas de gás armazenadas em casas porventura abandonadas, existem também mercearias que por sua vez têm à porta duas ou três botijas, mas a cinco ou dez metros têm um grande armazém de botijas. Considerou que toda esta situação não pode continuar a verificar-se, sendo de opinião de que a Câmara tem que tomar providências nesta matéria.

Seguidamente e ainda no âmbito da mesma matéria interpelou a Câmara sobre quando pensa fazer algo no sentido de que as bombas de gasolina sejam retiradas dos pontos nevrálgicos da cidade, dado que as mesmas representam um perigo iminente para os cidadãos que diariamente por ali passam.

Relativamente à situação financeira da Câmara, disse ficar satisfeito por saber que a situação é estável; porém, tem ouvido afirmações de que a Câmara está a negociar a questão da EDP, por outro lado ouviu também dizer que isso já

*João Peixinha*

está negociado, todavia há um ponto que em sua opinião a Câmara se esquece: é que tem que trazer a esta Assembleia essa renegociação, porque, das duas uma, ou se vai pagar muito menos do que aquilo que estava previsto e autorizado pela Assembleia Municipal, ou então há um agravamento e, se há um agravamento esta Assembleia tem uma palavra a dizer nesse renegócio. Finalmente, disse ficar a aguardar que a Câmara tome a iniciativa de trazer essa matéria à apreciação deste órgão.

Seguidamente usou da palavra o Vogal João Peixinha, para louvar a actuação da Câmara no que se refere à sugestão apresentada pelo PS de alterar a sinalização das placas de trânsito à entrada da cidade, bem como a colocação de uma passadeira para peões, da Rua Gulbenkian para a Rua da Pega; chamou no entanto a atenção da Câmara para o facto de ser necessário colocar um sinal que avise os automobilistas da proximidade desta passagem de peões.

Em matéria de limpeza da Ria, referiu a necessidade da Câmara englobar também o Cais do Paraíso nessa limpeza, dado tratar-se de um canal que está a ser prejudicado com detritos provenientes do lago do Parque e consequentemente periodicamente tem que ser limpo para evitar os inconvenientes de maus cheiros, etc..

Vogal António Salavessa:

*"Sr. Presidente, Srs Deputados,*

*Algumas questões suscitadas pela leitura da Comunicação escrita do Sr. Presidente; logo na segunda página, a Comunicação escrita, fala de planos que já estão aprovados: o Plano de Pormenor da Quinta do Cruzeiro, em Esgueira, Picôto, em Oliveirinha; estando aprovados, queria perguntar para quando é que a Câmara pensa enviar à Assembleia estes documentos para aprovação; na mesma página diz que foi tomado conhecimento da abertura do concurso para o projecto de reconstrução dos muros dos canais. Sobre esta questão queria que o Sr. Presidente me esclarecesse do seguinte: onde tive notícia da abertura do concurso, está escrito que "não há montante, nem orçamento, nem projecto - só há fontes de financiamento: que são o orçamento da JAPA, o orçamento da Câmara e o PIDAC, queria que o Sr. Presidente me explicasse como é que é isto? como é que já está afectado orçamento da Câmara, quando não há sequer orçamento para as obras em geral?"*

*Abro aqui um parentese das perguntas e das críticas, para saudar um sucesso da iniciativa "Terra Amada". Penso que na Comunicação escrita, é-nos dito que 90 000 pessoas visitaram a exposição "Terra Amada"; tive*

*Be  
Luis  
CPA*

*oportunidade de passar várias vezes pela Centro de Congressos, vi até que ponto nestas 90 000 pessoas estão incluídos jovens de todo o país, penso que para além do interesse da própria acção, foi uma extraordinária promoção de Aveiro que terá naturalmente repercussão no futuro; elogio, para sublinhar a importância de aproveitar oportunidades como esta e de repetir a realização de iniciativas deste tipo.*

*Já não sublinho, nem aplaudo, a constituição do Conselho Consultivo Municipal da Juventude. Eu pergunto à Câmara porque razão as juventudes partidárias estão excluídas deste Conselho Consultivo Municipal? será que as organizações das juventudes partidárias não têm méritos? será que têm que ser marginalizadas porque são qualquer coisa de que a Câmara não gosta? penso que têm o mesmo ou porventura maior grau de credibilidade e de intervenção, do que muitas das associações e estruturas que estão presentes no Conselho Consultivo, daí que, para além de sublinhar esta falha, apelo à Câmara para que reveja a constituição deste Conselho.*

*Mas não somos só nós que fazemos oposição à política da Câmara, a própria Câmara às vezes nos seus escritos parece fazer oposição: na página dezasseis da Comunicação, quando se fala dos Serviços Municipais de Protecção Civil, de facto compreende-se tudo aquilo que aqui foi dito, seja em relação à situação gerada pelo incidente do cloreto de vinilo, seja as situações para que o Sr. Custódio Ramos aqui nos alertou, de facto a Câmara diz: "na verdade para além do Coordenador apenas existe um funcionário municipal prestando apoio administrativo, não havendo disponibilidade para gerir de forma mais dinâmica as áreas da prevenção e segurança e do planeamento e operações, assim a actividade do SMPC é naturalmente limitada". Sr. Presidente, acho muito interessante, é de grande honestidade que estas comunicações nos tragam elementos desta maneira, mas acho que mais importante do que constatar é que diga logo de seguida que medidas é que a Câmara está a pensar realizar para que este tipo de situações não se verifique.*

*Ligada à Comunicação está a questão dos S.M, está a questão da água, aproveito a oportunidade para perguntar, como é que a Câmara Municipal de Aveiro está a encarar notícias que vieram a público sobre a inviabilização do projecto da barragem de Ribeiradio? sabido que é absolutamente necessário a médio prazo que essa barragem ou a barragem de Pinhosão venham a resolver os problemas de abastecimento de água a Aveiro, portanto é importante que a Câmara nos diga o que é que está a pensar nesta matéria.*

*João Salavessa*  
*ps*

O Sr. Presidente falou-nos na saúde financeira da Câmara. Queria perguntar se nessa saúde financeira se ela não tem nada a ver com a venda das "jóias da coroa" ou seja, entrou ou não já dinheiro da alienação do Cojo? entrou ou não dinheiro do processo de concessão do Sistema Multimunicipal do Carvoeiro? portanto, até que ponto essa saúde pode ou não estar relacionada com essas entradas de dinheiro?

Para terminar queria colocar a seguinte questão: há um proprietário de Café Restaurante, em S. Jacinto, que recebeu uma carta assinada pela Sra. Vereadora em exercício permanente, Maria da Luz Nolasco, é uma carta ainda por cima sem data, o que é de lamentar em correspondência municipal, a Sra. Vereadora, informa que a explanada instalada junto ao estabelecimento deverá funcionar apenas até às 22 horas, com uma hora de tolerância até às 23 horas.

Queria saber Sr. Presidente, se a Câmara entende que é normal um estabelecimento deste tipo, na marginal de S. Jacinto, ter esta hora de encerramento, quando é sabido que os estabelecimentos na Costa Nova e na Barra, as explanadas funcionam até à 00,01 hora e 00,02 horas da manhã. Não estamos a falar de uma área de residência, estamos a falar de um estabelecimento na marginal de S. Jacinto e até que ponto isto é correcto, não me parece que o seja. De qualquer forma, queria que o Sr. Presidente me esclarecesse em que base de deliberação camarária é que esta comunicação é feita e na base de que suporte legal é que ela foi tomada. E, se é um facto que houve alterações recentes, eu pergunto à Câmara se esta Assembleia não tem competência regulamentar e se agora é a Câmara que faz regulamentos?"

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

"Bom, S. Jacinto foi trazido aqui à baila, e eu reitero por mim as questões que o Deputado Salavessa pôs agora no final por as ter recebido também de algumas pessoas de S. Jacinto, evidentemente a questão que ele colocou do tempo de abertura e obviamente de encerramento dos estabelecimentos de S. Jacinto, ter algum fundamento legal exequível, que realmente não vejo qual seja também, e que nos preocupa a todos nós deputados municipais, sobretudo porque ele entronca no resto das questões que aqui foram trazidas directa ou indirectamente sobre S. Jacinto, entronca salvo o devido respeito e novamente, na falta de política ou numa falta de definição de uma estratégia, ou então, e esta é a primeira questão que eu dirijo ao Sr. Presidente da Câmara, embora ele esteja distraído e não me esteja a ouvir, é a questão crucial de saber se esta Câmara tem

*João  
Custódio Ramos  
ps.*

*já um plano para S. Jacinto, de longo prazo ou no mínimo de médio e, nesse caso qual é a filosofia que a Câmara tem para S. Jacinto. Preocupa-me sentidamente a questão de S. Jacinto e desta Câmara Municipal; salvo o devido respeito a Câmara revela ter um plano em meu entender assustador e trágico para S. Jacinto, estarei enganada? e revela como? o Sr. Presidente desmentirme-á na altura própria, reparem nisto: no PDM, e eu cheguei, quando houve uma Comissão desta Assembleia para tentar introduzir alterações, a sugerir na pessoa do meu colega de bancada Sr. Custódio Ramos, que do PDM, que é um plano enfim com carácter absolutamente geral, se não mencionasse a questão do ferry-boat; o facto de lá não vir mencionada não obrigava a que se adquirisse um ferry-boat para S. Jacinto, os termos em que vem também não obriga, facto é, por isso também não fiquei sobejamente preocupada, e é bastante importante, saber se realmente dentro deste plano de pormenor que aqui foi mencionado para a marginal de S. Jacinto, está ou não prevista alguma coisa que tem a ver com a aquisição de qualquer ferry-boat, e isto porque, em meu entender é extraordinariamente importante que se defina o que é que se pretende para S. Jacinto, porque é minha convicção pessoal que a população de S. Jacinto directamente pouco ou nada beneficiará com isso, porque as pessoas que depois terão direito de chegar a S. Jacinto com os seus automóveis, apenas lá irão levar mais poluição por via dos próprios automóveis, e poluição, porque levam como os próprios residentes de S. Jacinto reconhecem, as suas próprias merendas e os seus próprios lanches dentro dos seus carros e não vão lá consumir nada, deixam o lixo que já traziam das suas casas. É para mim extraordinariamente preocupante esta questão e, como o Sr. Presidente levantou aí dois assuntos que mexem com S. Jacinto, que é o Plano Estratégico, também na parte que o Sr. Arq<sup>o</sup> Bruno Soares aqui nos revelou numa reunião que realmente tencionava que desse plano constasse a necessidade de se fazer um estudo aprofundado sobre um plano de transportes fluviais rápidos e eficazes para S. Jacinto, eu questiono se realmente isso já está de facto a ser feito e se está previsto. Em meu entender S. Jacinto precisa de um plano e evidentemente da sua respectiva execução, de transportes fluviais a sério, mas dentro desses transportes fluviais, transportes fluviais rápidos, eficazes e não poluentes e, evidentemente um plano de transportes terrestres a passar necessariamente por um acordo com a Câmara Municipal da Murtosa, a levar para lá muitas camionetas está certo, pela via própria não por aquela e com parqueamentos a sério para não poluírem o reduto final do concelho de Aveiro, como marco ecológico deste concelho, mas também*



*deste país e, dentro desse prisma, permito-me questionar uma outra questão que tem a ver com o pipe-line e que tem a ver com a protecção civil que não funcionou, a única protecção civil que funcionou nesse dia foi um funcionário reformado da Câmara e pescador, foi o único que fez os avisos, portanto a Protecção Civil da Câmara que é aquilo sobre o qual nós podemos e nos devemos pronunciar, não existe, isso não impede que não nos pronunciemos sobre a responsabilidade da JAPA, se ela a tiver e se fôr apurada e que aqui se critique qualquer erro por parte da JAPA, mas reparem nisto, é a Protecção Civil que está aqui em discussão neste ponto e, na área de S. Jacinto que nós devíamos vender, salvo o devido respeito, como o último reduto de calma, de sossego, de ecologia séria e pura, sem barulhos e, finalmente se permitem como última conclusão sobre S. Jacinto, salvo o devido respeito, se juridicamente existem crimes previstos por acção, ecológicos, em meu entender o ferry-boat, e demonstrem-me o contrário, é um crime ecológico por acção, já é um crime ecológico por omissão ter-se permitido não agir, ou então demonstrem-me que o fizeram, de maneira a que a ilha do Monte Farinha tivesse ficado imediatamente nas mãos da F.A.P.A.S. (Fundo de Apoio e Protecção às Aves Selvagens)."*

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Armando Vieira, solicitou esclarecimentos relativamente ao ponto da situação do Plano de Pormenor da Escola C+S de Oliveirinha, bem como quanto à revisão do Regulamento do PDM, uma vez que este plano está a causar graves problemas às populações rurais da freguesia de Oliveirinha. Finalmente pretendeu saber porque é que a ampliação do Cemitério de Oliveirinha não avança, uma vez que se trata de uma obra bastante urgente.

Vogal Cruz Tavares:

*"Fiquei agradavelmente surpreendido e agradado pelo facto de já existir um estudo de viabilidade de um Metropolitano de Superfície; não sei se esse estudo é positivo ou negativo, dado que se trata de uma viabilidade, mas suponho que ele concluirá pela viabilidade pelo menos económica, senão técnica, senão social, do traçado do Metropolitano de Superfície. Suponho que é necessário retirar todas as consequências desta nova situação, porque o Metropolitano de Superfície tem consequências muito vastas quer sob o ponto de vista do território, quer no tempo, quer inclusivamente nas interferências com o nosso plano de urbanização, e a minha primeira recomendação e a minha primeira lembrança é para o seguinte: primeiro, há imensos pontos de conflito no traçado do Metropolitano de Superfície; eu pergunto se o estudo de viabilidade*

*João*  
*António*  
*Costa*

escolheu entre a hipótese de um Metropolitano Terrestre de Superfície, ou outra hipótese que já está em execução e não é nada do outro mundo, que é o Metropolitano Pendular; esta segunda hipótese eliminaria de imediato todas as gravíssimas implicações com as passagens de nível existentes nas zonas que são actualmente densamente povoadas e que já geraram através da circulação simples, lenta, das composições que utilizam as linhas do Vale do Vouga já produziram dezenas, senão centenas de gravíssimos acidentes. Este traçado e a viabilização do Metropolitano de Superfície obriga por outro lado e no âmbito do Plano de Urbanização da Cidade que está em discussão, à revisão do famigerado conceito do eixo-estruturante. Repito, mais uma vez que o eixo-estruturante foi lançado prematuramente, foi esgotado antes da ideia ser desenvolvida tecnicamente e politicamente, antes de ser debatida nestes dois campos onde têm realmente importância ser debatida quer no campo técnico e no campo político, foi antecipadamente aproveitada e não teve o seu desenvolvimento natural - o eixo do Metropolitano de Superfície é um eixo-estruturante ferroviário como deverá ser e julgo que tem todas as condições para ser mais um eixo, juntamente a este eixo-estruturante e a mais dois ou três que existem e que não estão a ser encarados como tais. Portanto a ideia do Metropolitano de Superfície deve ser reintroduzida no planeamento do Plano de Urbanização e ser tratada de maneira a que desde já se estruture a planificação da zona envolvente da actual linha do Vale do Vouga contando com este desenvolvimento futuro, e a primeira implicação que tem Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que os três polos estruturantes constantes do Plano de Urbanização, são o polo estruturante da freguesia de St<sup>a</sup> Joana, o polo estruturante de S. Bernardo, o polo estruturante de Aradas, e que a meu ver de uma forma muito clara e inovadora introduz a ideia de ligar as cidades de poente, Aveiro de poente com uma Aveiro nascente, até o termo foi muito feliz a meu ver, o Plano de Urbanização quer que estas duas Aveiros sejam serzidas e só fala quando introduz o termo "serzir as duas cidades no plano estruturante", o que é muitíssimo pouco para serzir duas cidades; mas estes três polos devem ser para já ampliados a norte de certeza com este novo eixo ferroviário e eventualmente a sul abrangendo a freguesia de Oliveirinha e os lugares limítrofes.

Finalmente existem mais dois ou três eixos estruturantes que devem ser também considerados e elevados à categoria digamos estratégica do plano estruturante, é o caso da variante à 235/335, é um eixo estruturante natural que não foi considerado porque foi abafado por esta ideia do pré lançamento do eixo

*Deu*  
*João*  
*PS*

estruturante; é o caso da própria 235; é o caso da 335, e agora como acabei de dizer do próprio eixo ferroviário estruturante que aparece a delimitar a norte a área do Plano de Urbanização.

Para terminar, uma referência à intervenção do Sr. João da Peixinha, que de facto vem introduzir desde há longos anos o gravíssimo problema dos óleos do lago do Parque, ainda não foi descoberto o culpado, ainda não conseguiram detectar quem é que lança os óleos do Parque. Lembro com toda a parcimónia, com toda a humildade, aos serviços técnicos da Câmara que existem inventados há centenas de anos, esquemas quase artesanais chamados caixas separadoras de gorduras e, a introdução de um desses pequenos tanques a montante do lago evitaria que os óleos e as gorduras e outros líquidos menos densos que a água passassem para o lago e do lago para a Ria."

Vogal João Barbosa:

"Antes demais queria apoiar a intervenção do meu colega Custódio Ramos, sobre os armazéns de produtos altamente inflamáveis. Em pleno centro habitacional da Vera-Cruz existem casas de comércio que são autênticos grandes armazéns de produtos inflamáveis; pedia que os serviços de Protecção Civil se debruçassem sobre este assunto numa perspectiva de prevenção, que no fundo também deve ser um dos seus serviços.

Tivemos conhecimento de um estudo de trânsito apresentado pela TECNEP, pelo que vimos, dá-nos a ideia que os números colhidos estão longe da realidade e, a título de exemplo gostava que o Sr. Presidente me informasse qual foi a metodologia e o critério usado nos inquéritos e se os mesmos foram repetidos para um maior rigor; para meu espanto e ao fim de tanto tempo neste estudo, o gabinete não apresenta conclusões... será que vai fazer outro estudo para chegar às conclusões? já agora Sr. Presidente, informo que não seria má ideia serem ouvidas as Juntas de Freguesia, para que as conclusões do novo estudo possam ser mais rigorosas.

Sobre a "Semana Jovem", realizou-se em S. Jacinto o festival de "Rock in Ria" e o "Campeonato do Mundo de Body-Board". Estivemos presentes e achámos estas iniciativas com grande alcance quando elaboradas com profissionalismo e com objectivos de promoção turística; lamentamos um pormenor que não devia ter sido rejeitado - transportes: como se compreende quem desejasse assistir a estes festivais tinha dificuldades em deslocar-se; chegados a S. Jacinto teriam ainda que ser percorridos três quilómetros a pé, visto não haver transportes públicos. Sr. Presidente as lanchas deviam de sair de

*[Handwritten signature]*

*Aveiro e, em S. Jacinto devia de haver um autocarro municipal - não argumentem prejuízos por favor - a "Transria" pode sustentar estes prejuízos visto que até são suportados pela Câmara.*

*No que se refere ao Turismo, começaram ontem dia 21, as Festas da Ria, Sr. Presidente, sentimo-nos envergonhados como autarcas ao que assistimos. Também o informo que a Sra. Vereadora da Cultura, informou-nos do seu descontentamento e estamos-nos a referir ao Festival de Folclore que ontem se promoveu em pleno Rossio. Um Festival de Folclore em qualquer parte do país tem sempre um banho de multidão, em Aveiro assistimos a um Festival de folclore, em que a assistência não era mais nem menos de que os grupos a assistirem à actuação uns dos outros. É lamentável que num mês de alto Turismo e que os Turistas andam ávidos de acontecimentos, de animação, não tenham tido conhecimento destas iniciativas. Em Aveiro, assistimos constantemente a boas iniciativas, mas passam ao largo porque os Serviços de Publicidade da Câmara não funcionam."*

Não se registando mais intervenções usou novamente da palavra o Sr. Presidente da Câmara, que começou por agradecer muitas das críticas e sugestões que aqui foram colocadas.

Referindo-se à Protecção Civil, reconheceu de facto a necessidade de se implementar um serviço de Protecção Civil eficaz, tendo em vista fazer face a eventuais catástrofes que possam surgir. Informou que a Protecção Civil, neste momento dispõe já de dois funcionários, tem sede própria, dentro em breve irá ter uma viatura, a Câmara está portanto a preparar o melhor e aquilo que pode em conformidade também com as disponibilidades financeiras. Acrescentou também que além destes dois funcionários permanentes, dispõe ainda de um conjunto de pessoas que podem ser contactadas facilmente e que têm preparação para prestar o seu apoio dentro de situações que possam ocorrer; já foram testadas, já houve experiências e estão portanto voluntariamente de acordo em prestar socorro sempre que a Protecção Civil os solicite.

No que se refere à instalação de novos postos de abastecimento, referiu que a Câmara em termos de planeamento pode de facto destinar alguns espaços para essas instalações, impondo assim regras para a sua instalação, ou seja, em locais que não ofereçam perigo para as populações residentes.

Relativamente aos planos de pormenor aprovados pela Câmara Municipal, disse que os mesmos ainda não vieram à apreciação deste órgão,

*João*  
*João*  
*MS*

porque têm duas fases a cumprir: a primeira, a consulta às várias entidades e a segunda a consulta pública.

No que se refere à recuperação dos canais da ria, informou que a Câmara recebeu um ofício da JAPA a informar que esses trabalhos já foram adjudicados à Consulmar.

Quanto ao Conselho Consultivo, disse não ver qualquer inconveniente em que as Juventudes Partidárias façam parte do mesmo e que por isso irá transmitir essa preocupação ao Vereador do respectivo pelouro.

Relativamente à situação financeira, disse que continuam a existir dívidas, que a Câmara continua sem dinheiro, salientou no entanto que há alguma melhoria, ou seja, há pelo menos um menor aperto que no ano anterior por esta altura.

Quanto à entrada de dinheiros da venda do Cojo, informou que as duas primeiras fases que o Caderno de Encargos previa, esse dinheiro entrou já nos cofres da Câmara Municipal. Relativamente ao complexo do Carvoeiro, informou que as contas estão feitas pela Associação de Municípios do Carvoeiro e que a Câmara prevê receber cerca de cento e setenta e dois mil contos.

No que se refere à questão das explanadas, considerou inconveniente a posição tomada pela dita Vereadora, informando no entanto que irá ser tomada uma nova posição no âmbito dessa matéria.

As questões levantadas no que respeita a S. Jacinto, preocupam de facto a Câmara Municipal, são dúvidas de todos nós, os transportes fluviais seriam os melhores, há alguns pequenos estudos, a Câmara tem um Gabinete que está a preparar alguns estudos sobre esta matéria, e logo que a Câmara tenha algum trabalho mais avançado no plano de urbanização, promoverá uma reunião pública sobre essa matéria.

Relativamente ao estudo urbanístico da "Frente Ria", disse tratar-se de um estudo que não está posto em execução ainda, pensa no entanto que o mesmo prevê a construção de uma pequena marina, bem como o arranjo de todo o piso da zona marginal, calculando que a execução destes trabalhos andarà na ordem dos duzentos mil contos.

Quanto ao transporte rodoviário pela Torreira, considerou que o mesmo é perfeitamente redutor, pois num fim de semana ninguém poderá deslocar-se a S. Jacinto dado o movimento de tráfego automóvel que existe naquela zona.

*João*  
*António*  
*PS.*

No que se refere às questões do PDM, disse que a Câmara tem transmitido à CCRC algumas das preocupações manifestadas pelas Juntas de Freguesia no âmbito dessa matéria, no entanto em reunião havida com o Sr. Secretário de Estado da Administração do Território, não foi aceite a revisão dos Planos de forma genérica, isto porque ainda há muitos concelhos que nem sequer têm o Plano aprovado. Assim, foi esclarecido pela Secretaria de Estado, que primeiro terão que ser aprovados todos os Planos e só depois disso se programará trabalho para a hipótese de revisões que sejam urgentes; mas foi também dito que o Governo preparava alguma legislação que permita com alterações pontuais fazer-se alguma revisão. Informou ainda que nesta perspectiva a Câmara Municipal enviou já algumas situações que pretende sejam alteradas, estando a aguardar resposta neste momento.

Finalmente e no que se refere ao Metro de Superfície, disse que o mesmo se desenvolve em duas fases e que o que levou a Câmara Municipal a pensar num Metro Ligeiro de Superfície dentro da zona urbana, foi o protocolo feito entre a Câmara de Aveiro e a Câmara de Águeda com vista à recuperação da linha do Vouga, tendo resultado o estudo agora apresentado e que ficará à disposição dos membros da Assembleia para consulta.

Usou seguidamente da palavra o Vereador Vitor Silva, para informar que relativamente à construção das barragens de Pinhão e Ribeirão, a Associação de Municípios do Carvoeiro tem vindo a reivindicar quer junto do actual Governo, quer ainda do anterior, para que qualquer uma dessas barragens seja construída, isto porque se sabe que pelo menos para a segunda fase do Carvoeiro prevê-se um caudal 510 litros/segundo, caudal esse que só será possível com a construção dessas barragens. Informou também que numa primeira fase está prevista a construção de um açude junto ao rio Caima para defesa das captações do Carvoeiro, muito embora saiba que isto só por si não resolve o problema, porém, referiu que, numa próxima reunião da Associação irá levantar de novo este problema.

Relativamente à caixa separadora de óleos a instalar no Parque, disse não compreender porque é que a mesma ainda não está pronta uma vez que este assunto já foi várias vezes analisado, tendo-se proposto ao mesmo tempo a construção desse tipo de caixa.

Quanto à limpeza no Cais dos Moliceiros, disse que irá recomendar para que essa limpeza seja feita.

Terminado este ponto da ordem de trabalhos, passou-se de imediato  
ao ponto seguinte:

PONTO Nº 2 - FUNCIONALISMO MUNICIPAL - ATRIBUIÇÃO DE  
MENÇÃO DE MÉRITO EXCEPCIONAL

Deliberação da Reunião da Câmara Municipal de 16 de Maio de  
1996: - "FUNCIONALISMO MUNICIPAL - MÉRITO EXCEPCIONAL: - O  
Sr. Presidente submeteu à consideração do Executivo, a proposta que a seguir se  
transcreve: "Considerando que o primeiro oficial principal, Eliseu Martins  
Godinho, tem vindo a servir a Câmara Municipal de Aveiro há mais de 37 anos,  
começando por contínuo, contínuo-motorista, escriturário-dactilógrafo de 2ª  
classe, escriturário principal e depois oficial administrativo - 3º, 2º e 1º e  
principal, estando a exercer desde Abril de 1987 as funções de Adjunto no  
Gabinete de Apoio Pessoal da Presidência; considerando tratar-se de um  
funcionário muito zeloso, metódico, assíduo e responsável, que sempre pautou e  
pauta a sua actividade pelo sentido de bem servir, sendo sobejamente conhecidas  
as suas excepcionais qualidades de colaboração e de ajuda a todos os níveis a  
para com o seu semelhante, o que ainda recentemente lhe valeu pública  
homenagem por parte das Juntas de Freguesia deste Município, à qual se  
associaram muitas outras entidades colectivas e individuais; é considerado  
julgar-se de toda a justiça, no momento em que tão distinto funcionário possui já  
mais do que tempo mínimo exigido para se poder aposentar, que a Câmara  
Municipal de Aveiro reconheça o valor de tão competente funcionário, propondo  
que lhe seja atribuída a menção de mérito excepcional, o que se entende ser de  
inteira justiça. Esta proposta é feita com base no disposto na alínea a) do nº 4 do  
Artigo 30º do Decreto-Lei nº 184/89, de 2 de Junho, que possibilita a redução do  
tempo de serviço para efeitos de promoção de Primeiro Oficial Principal a Chefe  
de Secção".

Por unanimidade e por escrutínio secreto, foi deliberado aprovar a  
proposta do Sr. Presidente.

A Presente deliberação carece da aprovação da Assembleia  
Municipal, nos termos do nº 5 do artº 30º do Decreto-Lei nº 184/89, de 2 de  
Junho.

*João*  
*João Ramos*  
*Paes*

Feita a apresentação da proposta pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da deliberação supra, usaram da palavra os seguintes Vogais:

Vogal Cruz Tavares:

*"Fazia questão de me pronunciar sobre este ponto da agenda pelo facto de ter durante três anos contactado com o Sr. Godinho e me sentir neste momento impellido pela quase obrigação moral de me pronunciar sobre este funcionário da Câmara.*

*Há uma diferença grande entre lealdade e fidelidade. Nós, que passámos pela Câmara, temos a percepção dos funcionários que são ou querem ser apenas fiéis ao Presidente, e os funcionários que pelo contrário se situam numa outra esfera de comportamento que eu chamaria de esfera da lealdade pessoal em relação aos Presidentes e aos Vereadores e a todos os seus colegas de trabalho. Este caso, é típico de uma pessoa que atravessou um período que eu tenho que classificar não um período negro, mas um período digamos azul celeste do Gironismo, nunca confundindo a esfera da fidelidade com a esfera da lealdade; o Sr. Godinho esteve sempre na esfera da lealdade e nunca foi fiel do Gironismo, nem o azul celeste, nem o outro de outras cores bem mais escuras, por isso, da minha parte, pessoalmente eu dou o meu inteiro apoio à proposta do Sr. Presidente da Câmara".*

Vogal Fernando Marques:

*"Em palavras muito simples e breves, só digo assim: muito bem Sr. Presidente da Câmara pela proposta que apresentou ao seu Executivo. Diria que peca por tardia mas, quando se faz justiça não é mais um mês ou um ano que vem prejudicar ou tirar o mérito a quem de facto o tem. As Juntas de Freguesia há um ano manifestaram já a sua solidariedade e o seu apoio ao Sr. Godinho, o Sr. Godinho ao longo destes anos e por aquilo que eu conheço sempre o apreciei, já antes de estar na Junta de Freguesia da Glória o contactava sempre que necessário e indiscutivelmente o Sr. Godinho bem merece que a Câmara tenha reconhecido os seus méritos. Muito bem Sr. Presidente da Câmara, parabéns pela sua proposta".*

Vogal Custódio Ramos:

*"Também eu lidei de perto com o Sr. Godinho e com ele vivi momentos bons e momentos maus no edifício dos Paços do Concelho. Recordo um período mau em que devido precisamente à lealdade que ele utiliza e que foi muito bem evocada pelo Sr. Engº Cruz Tavares, que o Sr. Godinho viveu um período mau por injustiça do então Presidente, durante um período difícil de*

*relacionamento, de suspeição, e que ele conseguiu ultrapassar; ainda bem que o próprio ex-Presidente veio a reconhecer o erro em que caiu, ainda bem que a Câmara subsequente continua nessa senda e tende a reparar através desta atitude e desta proposta aquela situação indevida e não justificada.*

*Posto isto, diria que o funcionário em causa é merecedor na minha opinião pessoal, desta distinção, sem prejuízo de eu próprio vir em sede desta Assembleia e em momento que não tenha nada a ver com este caso, mas que tem a ver com a generalidade dos trabalhadores do município, quando eu digo trabalhadores, quero incluir também os Serviços Municipalizados, onde porventura existem outros funcionários que também merecerão um tratamento semelhante porque de outra forma, eu diria que a Câmara tem estado muito distraída nesta matéria e, daí que, em momento próprio apresentarei à Câmara, nesta Assembleia uma recomendação para que haja regulamentação sobre esta matéria. A menção de mérito excepcional, é uma forma de classificar a título muito excepcional os funcionários, mas os funcionários são todos eles classificados anualmente pelas chefias e pela Câmara, e tem que haver critérios definidos em sede de regulamento camarário, tem que haver uma definição objectiva deste tipo de propostas e da sua fundamentação sobre pena de se cair no âmbito da administração municipal, no exercício tão só do poder discricionário e, se o poder discricionário é susceptível de ser utilizado e nem por isso deixa de ser justo e legal, não convirá que ele esteja desprotegido e que possa ser utilizado fora da existência de normas regulamentadoras do uso desse poder.*

*Finalmente chamo atenção da Mesa e da Câmara e desta Assembleia para o seguinte: nos termos da lei esta Assembleia não tem que aprovar esta deliberação camarária; a Assembleia tem apenas que proceder à sua ratificação, o que significa que, não temos que apreciar os pressupostos, não temos que analisar os elementos que integram esta proposta, temos apenas que decidir sim ou não, ratificamos ou não ratificamos".*

**Vogal Armando Vieira:**

*"Sr. Presidente, desejava saber se em relação a esta proposta, se já foi usada antes esta figura para com outro qualquer funcionário deste município. Se não houve antes outros funcionários igualmente zelosos com dezenas de anos de serviço que merecessem igual tratamento? recordo-me de alguns velhinhos dos Serviços Gerais da Câmara Municipal que se calhar também mereceriam este tipo de tratamento... e, por último perguntar se esta postura e esta proposta é para ter*

continuidade no futuro em relação a funcionários que se venham a evidenciar no desempenho das suas funções.

Posto isto, apesar da votação ser por voto secreto, quero declarar aqui que reconhecemos a disponibilidade, a simpatia pessoal, a fidalguia do trato, a preocupação do bem servir e, por tais qualidades pessoais, a bancada do PSD ratifica a proposta da Câmara Municipal".

Vogal Virgínia Veiga:

"Falaram algumas pessoas que lidaram com o Sr. Godinho durante um período em que desempenharam cargos autárquicos. Eu sou recente deste mandato, gostaria também de deixar esse testemunho, porque as pessoas às vezes mudam de comportamento e de personalidade. Como Vogal pelo Partido Socialista, gostaria de frisar que, nas vezes em que me dirigi à Câmara Municipal depois da hora de encerramento, infalivelmente sempre que me dirigi, na qualidade de deputada municipal ou na qualidade de munícipe, sempre, invariavelmente, se não estava mais ninguém, (e estava, genericamente quase sempre), mas invariavelmente havia uma pessoa que estava: essa pessoa era o Sr. Godinho".

Vogal Dias da Silva:

"Muito simplesmente para dizer que, considerando-me talvez o mais novo dos mais novos Presidentes de Junta, não poderia por esse facto de modo algum também de deixar de me associar às posições tomadas pelos anteriores oradores, tanto mais que, o homem que está a ser citado, pelo trato que tem tido para comigo, pelo seu carácter, merece de facto que esta homenagem seja prestada. Portanto associo-me integralmente a esta iniciativa da própria Câmara, louvo, e julgo que poderá ser merecedora de outra continuidade".

Não se registando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa, submeteu a proposta à votação do plenário por escrutínio secreto. Após a contagem dos votos verificou-se que a proposta apresentada pela Câmara Municipal veio a ser ratificada por unanimidade.

Imediatamente a seguir e dado o adiantado da hora, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Eram 24,00 Horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que fôr omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.

*António de Jesus Dias da Silva*  
*Presidente da Mesa*  
*Rui Laranjeira*